

**METODOLOGIA INTEGRADA E EXTENSÃO ENGAJADA:  
experiências de urbanismo e arquitetura da paisagem na comunidade do  
Fischer, Teresópolis-RJ**

**INTEGRATED METHODOLOGY AND ENGAGED EXTENSION:  
experiences of urbanism and landscape architecture in the Fischer  
community, Teresópolis-RJ**

**Winnie Bruna de Souza Pereira<sup>1</sup>**  
[winnie.pereira@ufes.br](mailto:winnie.pereira@ufes.br)

**Letícia Thurmann Prudente<sup>2</sup>**  
[leticiaprudente@unifeso.edu.br](mailto:leticiaprudente@unifeso.edu.br)

**Resumo:** Este artigo apresenta uma experiência de ensino e extensão universitária desenvolvida no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), no primeiro semestre de 2024. A atividade envolveu os alunos das disciplinas de Urbanismo I e Arquitetura da Paisagem, com foco na comunidade do Fischer, Teresópolis-RJ, território marcado por vulnerabilidades socioambientais e exclusão histórica. O objetivo deste artigo é apresentar os caminhos metodológicos percorridos e os produtos resultantes do processo, destacando o papel transformador das metodologias participativas na formação de estudantes comprometidos com o direito à cidade e com a produção de espaços urbanos mais justos, sustentáveis e inclusivos. A metodologia métodos participativos, como mapeamentos colaborativos, cartografias sociais, oficinas com lideranças locais e visitas de campo mediadas pela Associação de Moradores do Fischer. Os estudantes desenvolveram diagnósticos multiescalares, e projetos urbanos e paisagísticos, a partir das demandas reais da comunidade, com devolutiva pública das propostas. A experiência integrou teoria e prática, valorizando os saberes locais e promovendo o pensamento crítico, o engajamento social e a construção coletiva do direito à cidade. O trabalho reforça a relevância da curricularização da extensão e do papel transformador das universidades frente aos desafios urbanos contemporâneos.

**Palavras-chave:** metodologias participativas; urbanismo social; extensão universitária; arquitetura da paisagem.

**Abstract:** This article presents a teaching and university extension experience developed in the Architecture and Urbanism course at UNIFESO, during the first semester of 2024. The activity involved students from the Urbanism I and Landscape Architecture disciplines, focusing on the Fischer community, Teresópolis-RJ, a territory marked by socio-environmental vulnerabilities and historical exclusion. The

---

<sup>1</sup> Doutora em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

<sup>2</sup> Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro Educacional Serra dos Órgãos (UNIFESO).

methodological proposal centered on the use of participatory methodologies, such as collaborative mappings, social cartographies, workshops with local leaders, and field visits mediated by the Fischer Residents' Association. Students developed multi-scalar diagnoses and urban and landscape projects based on the real demands of the community, with public feedback on the proposals. The experience integrated theory and practice, valuing local knowledge and promoting critical thinking, social engagement, and the collective construction of the right to the city. The work reinforces the relevance of the incorporation of extension into the curriculum and the transformative role of universities in the face of contemporary urban challenges.

**Keywords:** participatory methods; social urbanism; university extension; landscape architecture.

## 1. Introdução

O presente trabalho trata da experiência de ensino integrado e extensão aplicada aos alunos dos 5º e 9º períodos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), os quais cursaram as disciplinas de Urbanismo 1 (URB1) e Arquitetura da Paisagem (AP), no primeiro semestre do ano de 2024. Ambas as turmas desenvolveram projetos urbanos e paisagísticos aplicados ao recorte territorial do Fischer, no município de Teresópolis-RJ, na Serra Fluminense. O Fischer é uma das favelas ou comunidades urbanas da cidade (IBGE, 2025), afastado de seu centro, e marcada pela pobreza e pelo aparente abandono do poder público, além da invisibilização e estereotipação pela sua relação histórica com o antigo lixão do município. A atividade está fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é um dos fundamentos essenciais na formação acadêmica brasileira, como de arquitetos e urbanistas, especialmente quando articulada a metodologias participativas capazes de promover aproximações significativas entre academia e sociedade.

A partir de um incêndio ocorrido em junho de 2023 no antigo “lixão” do município - evento que agravou ainda mais a vulnerabilidade da população local -, estabelecemos um processo de aproximação com a Associação de Moradores do Fischer (AMF), principalmente com a sua presidente Adriana Paganote, visando à construção conjunta de diagnósticos e propostas para o território da comunidade. Nesse contexto, foram aplicadas metodologias participativas, como visitas de campo guiadas pela liderança comunitária, mapeamentos colaborativos, oficinas temáticas e seminários

com a comunidade, permitindo que as demandas da população local fossem expressadas de forma ativa e horizontal.

Esta experiência foi estimulada pelo entendimento de que a extensão universitária pode ser uma ferramenta de pedagogia engajada<sup>3</sup>, aproximando o alunado da sociedade em que se insere, por meio de um desejo de construir uma comunidade de aprendizagem, na qual os saberes são compartilhados de forma mais horizontal. Outros conceitos que nos nortearam foi a extensão como uma ferramenta para a redução das desigualdades socioambientais, da sustentabilidade urbana e do direito à cidade.

A abordagem metodológica adotada partiu da análise multiescalar e do uso de cartografias sociais para a leitura crítica do território, aliando práticas pedagógicas engajadas a processos co-criativos de projeto. A escuta ativa da comunidade, a valorização dos saberes locais e a construção coletiva de soluções tanto urbanas quanto paisagísticas constituíram o cerne da experiência, que buscou superar a lógica verticalizada de intervenção acadêmica em territórios populares.

Assim, este artigo tem por objetivo apresentar os caminhos metodológicos percorridos e os produtos resultantes do processo, destacando o papel transformador das metodologias participativas na formação de estudantes comprometidos com o direito à cidade e com a produção de espaços urbanos mais justos, sustentáveis e inclusivos.

## **2. Extensão, integração e participação comunitária em Teresópolis**

O potencial da extensão na integração com o ensino de Arquitetura e Urbanismo (AU), sobretudo depois da exigência da curricularização da extensão (Brasil, 2018), possibilitou a ampliação da integração entre disciplinas e o exercício do projeto participativo junto com as comunidades locais. Neste trabalho, a experiência relatada

---

<sup>3</sup> Pedagogia engajada parte de uma educação progressista e engajada que “dá ênfase ao bem-estar. Isso significa que os professores devem ter o compromisso ativo com um processo de autoatualização que promova seu próprio bem-estar. Só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar os alunos” (Hooks, 2024, p. 28).

em uma das favelas ou comunidades urbanas da cidade Teresópolis propiciou o encontro com as problemáticas socioambientais existentes, que exigem maior esforço da academia para construir junto com as comunidades locais soluções próprias e específicas para os contextos de projeto. Apresentamos algumas reflexões sobre a extensão universitária direcionada à transformação popular, por meio de pedagogias engajadas (Hooks, 2024), bem como sobre o exercício de projetos integrados que otimizam a prática de ateliê de projeto em um mesmo território. Além disso, apresentamos o contexto do território do município de Teresópolis, com o recorte específico em que foram desenvolvidos os projetos de urbanismo e paisagismo na comunidade urbana do Fischer.

Os conceitos que nortearam este exercício de ensino/extensão foram os de: (i) extensão universitária como pedagogia engajada para a redução das desigualdades socioambientais; (ii) sustentabilidade urbana; e (iii) direito à cidade. Cabe mencionar que este último conceito é fundamental para os estudos urbanos e da paisagem, significando um direito coletivo do acesso irrestrito aos espaços urbanos, às infraestruturas básicas e aos serviços públicos de educação, segurança e saúde. Além disso, o direito à cidade implica no direito a participar de exercícios de poder coletivo, promovendo oportunidades de se envolver nos processos políticos de mudança da urbanização (Lefebvre, 2016; Harvey, 2014).

O direito à cidade é uma defesa de que todas as pessoas de uma cidade tenham acesso à vida urbana, vivenciando e reivindicando espaços mais democráticos (Lefebvre, 2016), o que parece ser veladamente negado aos moradores da comunidade do Fischer. Segundo relatos da presidente da AMF, a comunidade não se sente pertencente ao território onde vivem ou mesmo ao restante da cidade, estando estigmatizada como “aqueles que vivem do lixo”. Por isso, remetemos a atualização do conceito de direito à cidade feita por Harvey (2014, p.15), quando aponta a importância da ação dos movimentos sociais urbanos na luta pela reconfiguração urbana, como “um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

Dessa forma, as atividades desempenhadas na comunidade do Fischer — ações em um ambiente urbano real — foram parte integrante da experiência de extensão exigida pela curricularização da extensão junto às disciplinas integradas nesta experiência, intensificando o aprendizado interdisciplinar e a formação mais coesa dos alunos em relação aos conhecimentos técnicos aplicados a realidades locais. Sabemos que a extensão é parte fundamental da formação dos alunos e, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do UNIFESO (2022a), a extensão deve promover educação, ciência, cultura, tecnologia e inovação para o apoio à construção de uma sociedade mais justa, solidária e ética. Partindo de tais princípios, reconhecemos que populações mais pobres muitas vezes são socialmente invisibilizadas e vítimas da negligência estatal, pois foi possível identificar neste trabalho a enorme demanda por projetos públicos que atendam às necessidades básicas de uma população considerada subalternizada e a quem é negado o amplo exercício do direito à cidade e à cidadania.

Sendo assim, a integração entre ensino e extensão nesta experiência proporcionou ao alunado uma oportunidade de aplicar seus conhecimentos no mundo real, promovendo atividades participativas que propiciaram o estreitamento dos laços com a comunidade e o desenvolvimento de um pensamento crítico socioambiental.

### **2.1 Extensão universitária e transformação popular: pedagogias engajadas**

Neste artigo, defendemos a extensão universitária como estratégia pedagógica emancipadora, desde as ideias de Paulo Freire (2019) que entendia a educação como um processo de conscientização e transformação, e não apenas de adaptação ou domesticação, bem como de Hooks (2024) que preconizava uma pedagogia crítica e engajada, com a educação se tornando lugar de resistência e emancipação, com os alunos sendo empoderados a pensar criticamente sobre o mundo que os cerca. A educação é também uma prática de liberdade que visa a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e crítico.

Freire (2019) denunciava ainda nos anos 1960 a chamada “educação bancária”, nosso modelo mais tradicional de ensino, concebido como ato de um professor

“depositar” informações nos alunos que devem absorvê-las passivamente. Nesse modelo, o saber é tratado como uma posse a ser transmitida e não como algo que deve ser construído coletivamente. A extensão, então, torna-se um meio de combater tal sistema (no qual o educador é o sujeito que sabe e o educando é o sujeito que nada sabe), reforçando que a educação precisa ser dialógica e libertadora. Uma alternativa problematizadora e crítica da educação em que educadores e educandos, incluindo a comunidade “externa” à universidade, tornam-se sujeitos em um processo de aprendizagem mútuo, criando uma comunidade de aprendizagem (Hooks, 2024).

Para isso, Hooks (2024) e Freire (2019) consideram o diálogo como meio principal da construção do conhecimento, no qual todos os sujeitos envolvidos na comunidade de aprendizagem aprendem e ensinam mutuamente. Em nosso caso, o diálogo se estende: inclui professores, alunos e agentes sociais, como meio de construir uma relação de respeito e reciprocidade em uma movimentação mais horizontal dos saberes. Na proposta de extensão, a comunidade também se torna educadora da academia e vice-versa, em que a subjetividade e a experiência dos indivíduos podem ser compartilhadas, e as hierarquias tradicionais desafiadas.

Segundo Hooks (2024), a função do diálogo não é apenas uma metodologia, mas uma ética relacional. Dessa forma, acreditamos que a extensão universitária pode ampliar o espaço da sala de aula, criar condições para que todos os corpos se sintam seguros para falar e agir, incluindo nesta comunidade pessoas da sociedade em geral, sempre em uma intersecção de classe, raça e gênero. A extensão no Brasil se volta para uma sociedade diversa e, então, reconhecer a diversidade de experiências e saberes no espaço de aprendizagem é entender a transgressão como essência do ensino libertador. A extensão pode estimular o ato de transgredir, para se romper com normas universitárias que sustentam opressões e relações hierárquicas estruturais, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e o engajamento social.

No Brasil, a Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2018) apresenta as diretrizes para a elaboração de propostas extensionistas curriculares, orientando a inserção da Instituição de Ensino Superior (IES) dentro da sociedade local, por meio de

um processo interdisciplinar, colaborativo, cultural, científico e político. A extensão como prática acadêmica faz parte do tripé universitário indissociável Extensão-Ensino-Pesquisa, podendo ocorrer nas diversas modalidades: projetos, eventos, oficinas e/ou serviços prestados à sociedade.

No caso da área da AU, há grupos de extensões que prestam serviços à sociedade com uma experiência consolidada na forma dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs), que desenvolvem alguns trabalhos relacionados a assistências técnicas. Desta forma, com a exigência da curricularização da extensão, tal área do conhecimento passou a ampliar e aprimorar as atividades de extensão, sobretudo dentro das disciplinas de ateliê de projeto (Brasil, 2018). Este foi o caso da experiência relatada neste trabalho, promovendo um estímulo extra aos alunos para a criação de propostas aplicadas a problemáticas reais.

## **2.2 Projeto integrado: otimização de ateliês em um mesmo território**

Em nossa experiência prática na comunidade do Fischer, o escopo do trabalho partiu da curricularização da extensão e na prática dos próprios ateliês de projetos, conforme o Projeto Pedagógico do Curso - PPC (UNIFESO, 2022b). O PPC determina carga horária de extensão (CHE) para algumas disciplinas do eixo de projeto, orientadas à integração interdisciplinar, como o caso de URB1 e de AP. Nestas disciplinas, a CHE tem um peso considerável de 20h, dentro do total de 80h. Sendo assim, os alunos tiveram pelo menos 40h de aproximação com o território e com a comunidade, além das atividades projetuais.

Além da extensão, a experiência se destacou pelas atividades de integração direta entre as disciplinas de URB1 e AP, além das atividades de outras disciplinas, indiretamente, no caso Projeto de Arquitetura II (PA2) e Planejamento Urbano e Regional (PUR) – ambas dadas concomitantemente e voltadas ao mesmo território. Os alunos que fizeram URB1 estavam cursando a disciplina de PA2, oferecidas no 5º período; e os alunos de AP estavam cursando PUR, no 9º período. Sendo assim, nossa experiência foi ampla, complexa e rica, envolvendo ao todo quatro diferentes

disciplinas, incluindo quatro professores e 65 alunos. A integração interdisciplinar tem sido estimulada pelo PPC, colhendo resultados positivos na potencialidade e otimização do tempo dos alunos para o desenvolvimento das propostas.

Neste sentido, o território, aqui compreendido como espaço em disputa por diferentes agentes, torna-se chave para o entendimento das demandas sociopolíticas existentes em comunidades periféricas. O uso de um mesmo território, como ponto de partida para uma inserção de campo mais aprofundada, otimiza as propostas desenvolvidas em diferentes disciplinas, principalmente nas disciplinas de ateliê de projeto. Apesar de surgirem dificuldades nos processos de contatos prévios e organizacionais em relação à inserção de campo dos estudantes e às expectativas das comunidades envolvidas, o mais importante é a oportunidade de uma formação acadêmica que traga o exercício da consciência social, unindo uma formação técnica a uma formação política.

A formação acadêmica de Arquitetura e Urbanismo se mostra mais eficiente quando, aproxima os alunos da realidade dos territórios e dos contextos em que vivem e/ou projetam, e integra diferentes disciplinas curriculares, propiciando o desafio do exercício de um projeto como fio condutor, reunindo e integrando aportes teóricos e práticos de diferentes áreas do conhecimento. Essa integração de disciplinas curriculares em AU tem uma longa experiência em outras IES, como a UFRJ, na qual disciplinas de um mesmo período se reuniam no que chamam de “Ateliês Integrados”, entre 2006 e 2023. Fontes e Slade (2018) destacam a importância de se investir em metodologias e aprendizados desde um contexto e ambiente urbanos existentes para a observação e a reflexão sobre valores e concepções de arquitetura, urbanismo e paisagismo mais realistas, e não apenas a reprodução de referências importadas de outros contextos.

Habilidades e conhecimentos interdisciplinares, bem como colaborativos, são aplicados à prática do ensino de AU, ampliando os campos de saberes acadêmicos e empíricos existentes na troca de experiências entre os alunos e as comunidades, resultando em produtos mais adequados às demandas sociais. Há uma riqueza e um

estímulo extra para os alunos no contato direto com a comunidade e as próprias soluções dadas por ela para seus territórios. A escuta e a representação dessa compreensão por meio de processos de reflexão e análise desenvolvidos em mesmo território, com suas demandas e conflitos reais, estimulam e otimizam muitas vezes o trabalho dos alunos.

Dessa forma, a integração de alunos de diferentes períodos e professores de diferentes disciplinas, na busca de soluções em um mesmo território, propicia o aprofundamento sobre os problemas e potenciais reais. Além disso, este processo otimiza o tempo e a forma de desenvolvimento dos projetos, sendo mais estimulante para os estudantes e resultando em propostas mais coerentes com a realidade local.

### **2.3 Contexto de projeto: o território do Fischer, Teresópolis-RJ**

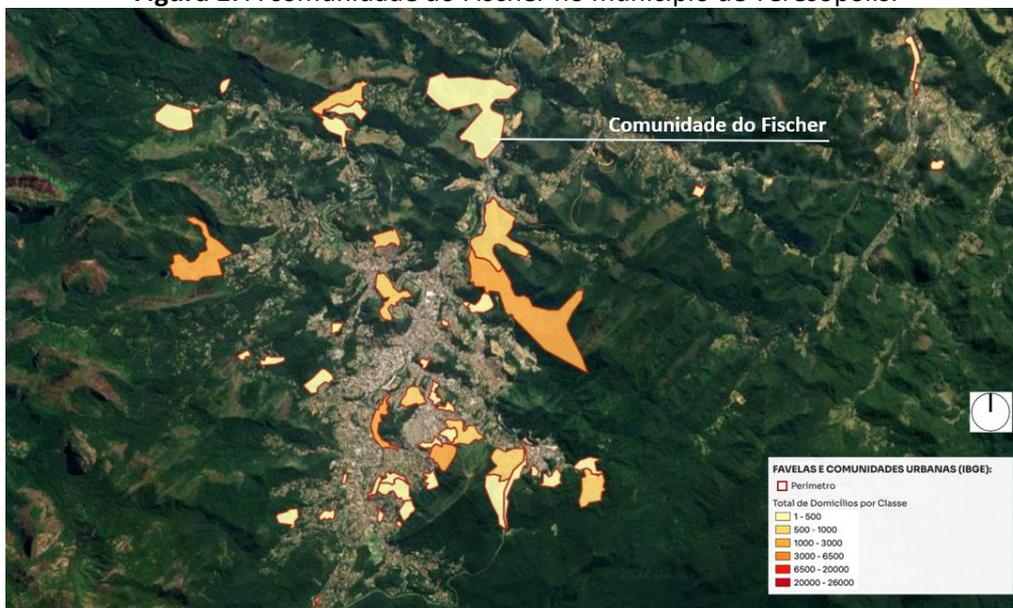
A intenção central da experiência de ensino e extensão apresentada neste artigo foi a de aproximar o desenvolvimento acadêmico dos alunos da universidade teresopolitana com um estudo de caso real no Fischer, um território que, por um lado, é rico em bens naturais, flora, fauna e hidrografia, mas também pobre em investimento estatal, com uma população envolvida durante anos com a catação do lixo urbano descartado no “lixão”. O território tem uma proximidade com um aterro sanitário, que já havia sido dado como encerrado, mas que continuou suas atividades até junho de 2023, quando houve um incêndio que durou mais de 24h e gerou uma fumaça tóxica em toda a área urbana.

Em 2018, houve um deslizamento de lixo sobre a comunidade local, afetando uma parte do rio do Fischer que irriga uma área de agricultura conhecida como Cinturão Verde metropolitano do Rio de Janeiro. Naquele ano, as atividades do aterro já haviam sido embargadas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA). Porém, as atividades não cessaram, pois a municipalidade continuou descartando seus resíduos sólidos no local e a comunidade do Fischer trabalhando no aterro sanitário. Conforme a reportagem de 27 de junho de 2023 do G1, portal de notícias, sobre “Incêndio em lixão em Teresópolis já dura mais de 24 horas e cidade segue sob fumaça”, houve um incêndio

no local (Marques e Campos, 2023). Este episódio encerrou, por fim, as atividades, dado o contexto de desastre socioambiental que extrapolou a área, expandindo uma fumaça tóxica para grande parte da cidade.

A comunidade do Fischer tem um histórico de relações socioeconômicas com as atividades do aterro sanitário, que existe há 40 anos, sendo uma das principais fontes de geração de renda para gerações de famílias que, desde o fechamento das atividades, ficaram sem renda e sem apoio institucional do município. O local fica a cerca de 20 min do centro da cidade e se configura em um vale, cujo rio principal é o Rio do Fischer, fazendo limite com o Parque Nacional Serra dos Órgãos (PARNASO). A Figura 1 mostra o contexto da comunidade entre as 49 favelas e comunidades de Teresópolis, de acordo com o Mapa das Periferias do Ministério das Cidades (SNP, 2024).

**Figura 1:** A comunidade do Fischer no município de Teresópolis.



**Fonte:** Prudente et al. (2024).

Na Figura 1, podemos ver a totalidade da área urbana do município, que equivale a apenas 10% da sua área total. Os territórios populares se situam, em sua maioria, junto ou próximos a essa área urbana, sobretudo ocupando áreas de preservação ambiental e em áreas de risco. O município conta com três áreas ambientais importantes, o PARNASO, o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Natural

Montanhas de Teresópolis – áreas de grandes belezas naturais, mas também de áreas de risco, que têm sido ocupadas por populações de baixa, pois o município não conta com uma política habitacional para tais populações.

A comunidade do Fischer, conforme o IBGE (2025), é uma das que tem menor taxa de ocupação, pois conta com apenas 500 domicílios. Esta comunidade vivencia uma precariedade quase completa e não costuma frequentar o centro da cidade por conta do custo de deslocamento e do estigma de que “trabalham no lixão”. Isso dificultou a busca e as oportunidades de outro tipo de geração de renda para a população local depois do encerramento das atividades do aterro sanitário, ficando restrita a viver com algumas atividades correlatas, como trabalho em algumas empresas locais de reciclagem. Por um lado, a área da comunidade do Fischer apresenta belezas naturais, por conta da paisagem de montanhas e áreas de preservação. Mas, por outro lado, esta mesma paisagem também é marcada pela precariedade de políticas públicas de habitação, entre outras, como as conhecidas “casinhas do Fischer” - construções inadequadas feitas pelo próprio poder público em área de risco. A Figura 2 mostra uma destas casas.

**Figura 2:** Paisagem natural e habitação precária do Fischer.



**Fonte:** Coleção particular. Data: 06 de abril de 2024.

Os conflitos socioambientais nos municípios brasileiros estão cada vez maiores e o território do Fischer é um dos exemplos do que pode ocorrer com a ocupação de encostas e áreas de risco. As favelas e comunidades urbanas são uma questão ainda pouco trabalhada pelo poder público local, dado os casos de deslizamentos de terras de

grande magnitude que não foram tomadas as medidas de remoções e/ou regularização fundiária adequadas. Em Teresópolis, além de não haver um Plano Local de Habitação de Interesse Social, o Plano Diretor Municipal (Lei Complementar n. 79/2006) está desatualizado, pois é de 2006, e sua revisão ainda está em trâmites burocráticos e políticos.

O contexto para os projetos a serem desenvolvidos para o Fischer foi o de invisibilidade pelo poder público local, mesmo depois do fechamento do aterro sanitário. E assim, a precariedade é premente em relação aos direitos básicos da população: falta moradia adequada, urbanização, saneamento básico e drenagem urbana, equipamentos, serviços e espaços públicos.

### **3. Metodologia**

O processo se iniciou com a definição do recorte territorial a ser trabalhado pelas disciplinas em 2024 e, por conta do incidente do incêndio que impactou inclusive as aulas, a questão socioambiental do Fischer veio como opção, inclusive houve indicações de agentes externos para esta comunidade como potencial de trabalhos acadêmicos. Para tanto, houve contatos iniciais do curso no Fischer no início do ano, tendo como parâmetros a questão de ser um território popular, com problemas socioambientais representativos do município de Teresópolis. Assim, a metodologia foi desenvolvida em cinco etapas, descritas a seguir.

#### **I. Preparação para a visita de campo**

A preparação ocorreu uma semana antes da visita de campo, por meio de duas atividades: Aula Especial sobre práticas cartográficas e mapeamentos, além de estratégias de leitura do lugar. Como eram muitos elementos a serem investigados, dividimos as turmas em grupos de 5 a 6 alunos e, a cada grupo, foi destinado um tema de pesquisa relacionado ao Fischer relacionado ao levantamento das características encontradas no local e outras fontes de informação (Fluxos e conexões, Topografia e

Geomorfologia, Ecossistemas e Biodiversidade, Infraestrutura Urbana, Percepção e Uso do Espaço Público, Morfologia urbana e Uso do solo); e encontro com a presidente da AMF (Adriana Paganote), um dia antes da visita durante o período de aula, em um evento conjunto entre as duas turmas que iriam trabalhar no Fischer sobre a realidade social, ambiental e política do território e as necessidades da população. A visita de campo, então, ocorreu com ambas as turmas e seus professores no dia 06 de abril de 2024 (sábado de manhã), utilizando-se um transporte disponibilizado pela IES.

## **II. Aproximação com o território**

Durante o percurso no território, a aproximação ocorreu desde o ponto final do transporte, ao lado da Escola Municipal e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), seguindo a pé em direção às margens do Rio Fischer e, depois, subindo o local em direção às “Casinhas do Fischer” - projeto de casas modulares populares de 2000 condenadas pela Defesa Civil, embora ainda habitadas. Por fim, descemos em direção a uma casa alugada pela presidente da AMF, na qual foi montado uma espécie de Centro Comunitário, voltado às oficinas de costura e horta comunitária para mulheres. Nesse espaço, nos reunimos com alguns moradores para discutir demandas e necessidades locais que poderiam ser incluídas nos programas de necessidades dos projetos, bem como determinar quais locais poderíamos propor projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo das disciplinas, os quais ficaram concentrados próximos ao CRAS.

## **III. Leitura do território e pesquisas de referência**

Durante o mês de abril, as atividades se concentraram no exercício de leitura do território, um dos primeiros passos dados no processo, com a intenção de desenvolver diagnósticos urbanos, por meio da análise deste recorte territorial na cidade e das leituras da paisagem urbana, compreendendo seus elementos, agentes e escalas de abordagem, bem como conhecendo contextos locais. Os diagnósticos foram organizados em cartografias coletivas apresentadas no formato de seminário, com

posterior análise e discussão para o processo de projeto. Concomitantemente, os alunos pesquisaram projetos de referência, que também foram apresentados como seminário. A escolha dos projetos seguiu algumas diretrizes: projetos já executados, cujo escopo se enquadrava nas disciplinas; localização em áreas urbanas degradadas, periféricas ou em territórios populares; ênfase em uma gestão mais ecológica do lugar; e com uma quantidade razoável de informações para uma análise aprofundada.

#### **IV. Atividades projetuais**

O desenvolvimento dos projetos iniciou por meio editais com o escopo do projeto e dos elementos gráficos a serem apresentados. Em AP, a turma foi dividida em grupos de seis alunos que criaram seus projetos com base em um programa de necessidades básico desenvolvido coletivamente: espaços livres de uso coletivo para recreação da comunidade; espaços verdes drenantes com elementos da infraestrutura verde para a gestão das águas urbanas; requalificação das margens do rio com estratégias de Soluções Baseadas na Natureza (SbN); hortas comunitárias como ferramentas de soberania alimentar; e espaços de comércio móvel como feiras para a geração de renda. Os projetos se desenvolveram em duas bancas, respectivamente, em junho e julho: Intermediária e Final. Após a Intermediária, fizemos uma orientação coletiva para expor as principais ideias e retomamos as orientações em grupo. Na Banca Final, os grupos apresentaram as diretrizes projetuais, com uma setorização em Plano de Massas, especializando cada atividade e qual o seu dimensionamento básico.

Em URB1, os projetos foram desenvolvidos em grupos de três alunos, de forma integrada com a disciplina de PA2, que tinha como proposta um projeto de Centro Comunitário, enquanto o projeto urbano teve um programa mais amplo: infraestrutura básica de mobilidade, calçamento, iluminação e drenagem nas vias públicas; espaços livres públicos para atender às crianças e aos jovens; áreas de lazer passivo; a requalificação do ponto final de ônibus; a proposição de outros modelos de transporte mais adequados a escala viária local; elementos de infraestrutura verde em apoio a

drenagem pluvial; soluções de requalificação das margens do rio; e uma horta comunitária vinculada ao Centro Comunitário e da Escola. Também contamos com duas etapas de bancas, em maio e junho. Na primeira, os grupos apresentaram suas propostas de intervenção urbana em cartografias sobre as leituras urbanas. Já a última banca ocorreu com integração entre URB 1 e PA2 e contou com a coordenadora do curso representando um agente externo. Os alunos criaram pranchas A1 e também uma apresentação em slides com o resumo dos projetos urbano e arquitetônico.

#### **V. A devolutiva**

Em julho, organizamos uma devolutiva dos projetos para a comunidade do Fischer, representada pela presidente da AMF, que retornou ao campus para assistir as apresentações. Foram, nesta ocasião, cinco grupos URB1 e AP, que apresentaram suas propostas de projeto, e entregaram um caderno impresso com as melhores propostas para serem mostradas aos moradores.

A metodologia seguiu um padrão de desenvolvimento de projeto em ateliê para ambas as turmas, com algumas integrações entre professores, como o caso da URB1 e PA2 da turma do 5º período, mas, de certa forma, também com AP e PUR do 9º período, pois os alunos utilizaram suas análises de planejamento urbano como base para a compreensão da paisagem e necessidades locais. Destaca-se o acolhimento na inserção de campo da presidente da AMF e seu interesse em compartilhar e receber as propostas desenvolvidas pelos alunos, cumprindo o objetivo da extensão de envolver os agentes externos e trabalhar nas demandas reais.

#### **4. A extensão e o ateliê para o engajamento social: alguns resultados sobre as propostas de intervenção no Fischer**

Os resultados obtidos nesta experiência compreendem questões relacionadas ao desafio de se abrir as portas do ambiente acadêmico para a comunidade, representada pela presidente da AMF, bem como o interesse coletivo dos alunos e a discussão sobre o território do Fischer durante a primeira visita, ampliando e

estimulando o desenvolvimento do trabalho. Posteriormente, apresentamos observações importantes sobre o uso dos métodos de leitura do território e da paisagem, conjuntamente com alguns desafios para com a integração entre as turmas, disciplinas e a devolutiva dos trabalhos.

#### 4.1 Abrir as portas do ambiente acadêmico para a comunidade

O convite do ambiente acadêmico para a integração com comunidade se iniciou na visita da presidente da AMF, Adriana Paganote, para a preparação para a visita de campo, quando foi possível estreitar os laços tão esgarçados entre dois lugares que são fontes de saberes, um acadêmico e o outro empírico. Adriana foi convidada a se colocar na posição de educadora, apresentando aos alunos realidades sociais muitas vezes desconhecidas por todos (Figura 3). Suas experiências na AMF, descortinaram uma realidade social, ambiental e política extremamente complexa do território, com questões muito mais profundas do que apenas demandas físicas, como cenários de exclusão, estigma social e violência.

**Figura 3:** Visita de Adriana Paganote no Curso de AU da UNIFESO.



**Fonte:** Coleção particular. Data: 05 de abril de 2024.

O encontro com a Adriana fez com que os alunos enfrentassem, de forma crítica, a problemática espinhosa e difícil em relação à transformação urbana e social, pois tiveram um exercício de quebrar estigmas pré-estabelecidos sobre a realidade do local.

#### 4.2 Interesse coletivo dos alunos e discussão sobre o território

O interesse coletivo dos alunos em se aproximar do território e da comunidade foi marcado desde a primeira visita de campo, dando início à extensão propriamente dita. Vários grupos se estimularam a retornar por conta própria posteriormente. Nas atividades de preparação para a visita, os alunos foram provocados a entender as cartografias desenvolvidas, não só como instrumentos descritivos, mas como metodologias políticas de evidência sobre territórios populares - que são por vezes invisibilizados pelo mapeamento hegemônico - e como bases para soluções criativas. A discussão sobre as cartografias disparou as seguintes questões pertinentes para o desenvolvimento do trabalho: como se aproximar do território de estudo/projeto? Como acessar as sensibilidades e experiências cotidianas? Quais são as ferramentas, os instrumentos, e os procedimentos disponíveis e viáveis? Quais informações levantar e por quê? E como compilar e sintetizar tais informações em mapas de leitura da paisagem e do lugar?

Desde a visita de Adriana ao campus até a nossa visita de campo, ela nos relatou uma realidade muito difícil, com pessoas em situação de extrema pobreza, violência doméstica gerada pelo tráfico de drogas, bem como violência policial contra os homens jovens do território, grande presença de fome e de desemprego. Ela também nos contou sobre os riscos ambientais locais, tais como deslizamentos de terra e alagamentos derivados das chuvas, além dos focos de queimada de lixo. Contudo, o ponto mais importante de sua narrativa foi que uma das maiores problemáticas do Fischer é o sentimento de falta de pertencimento da população da comunidade em relação à cidade, pelo estigma do vínculo desta ao lixão.

Mesmo com todos os temores e preconceitos que carregamos conosco nesse primeiro momento, a primeira visita proporcionou um olhar mais aproximado do alunado com o local, como forma de quebrar estigmas e revelar a realidade do local. A

Figura 4 mostra uma foto do grupo de alunos e professores nesta visita guiada pela Adriana (ao centro da foto).

**Figura 4:** Visita guiada por Adriana



**Fonte:** Cedida por um dos moradores. Data: 06 de abril de 2024.

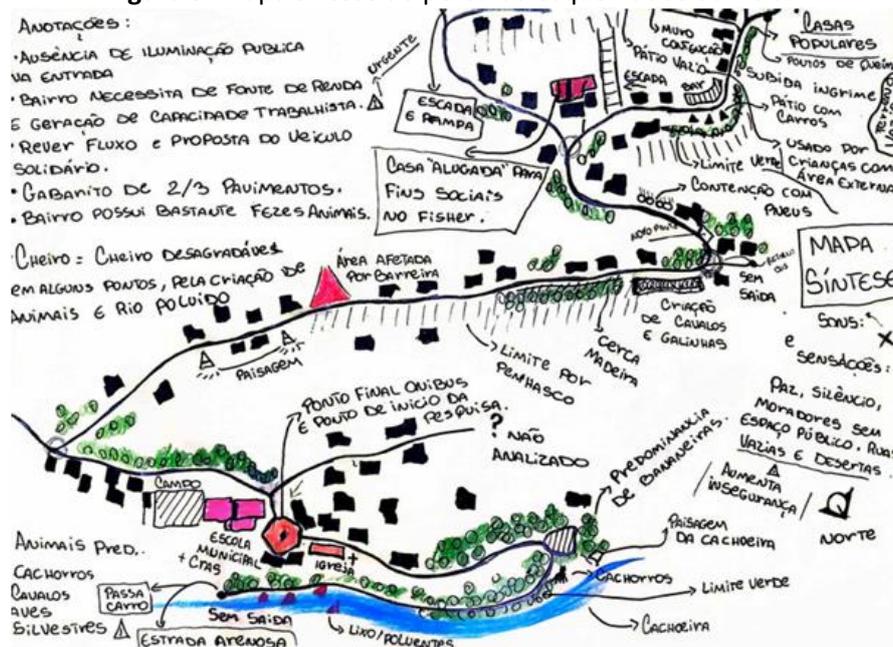
Os alunos perceberam que possuíam visões distorcidas desta realidade, inclusive em relação à sensação de segurança. Por um lado, deparam com uma situação de pobreza chocante para muitos, principalmente na região das “casinhas do Fischer”. Notaram a ausência de serviços urbanos básicos, como drenagem urbana, saneamento básico, calçamento de ruas, diversas formas de mobilidade e transporte. Por outro lado, esta mesma realidade também despertou uma empatia e um desejo de mergulhar nas práticas de projeto urbano e da paisagem para este território popular, tão desassistido pelo poder público e invisibilizado pela sociedade.

O interesse dos alunos se ampliou depois de adentrarem nesta realidade a ponto de buscarem soluções muito além de nossas expectativas. Por exemplo, alguns grupos chegaram a pesquisar: novas formas de geração de energia, novos formatos de hortas urbanas para os espaços exíguos ou verticais, soluções ecológicas e inovadoras para a gestão do esgoto doméstico, bem como para a limpeza do rio, chegando até possibilidades ambiciosas de geração de renda, como a inclusão do Fischer no circuito do turismo ecológico e de aventura da cidade.

### 4.3 Uso dos métodos de leitura do território e da paisagem

Os métodos de leitura do território e da paisagem se pautaram no desenvolvimento de distintas cartografias e mapeamentos. Logo após a visita, os alunos representaram, por meio de mapas síntese, o território que haviam conhecido. A Figura 5 mostra o rascunho de um desses mapas, em que um dos alunos faz uma série de anotações realizadas durante a visita, compondo um percurso esquemático e todas as percepções sobre o contexto local.

Figura 5: Mapa síntese do percurso esquemático da visita.



Fonte: Cedido pelo aluno Gustavo Branco.

O desenvolvimento de mapas sínteses fez parte do exercício de Leitura do Lugar e Análise da Paisagem, realizado durante a etapa de aproximação do território. Os grupos organizaram suas observações e levantamentos de dados, divididos pelos temas previamente determinados. Esses mapas foram impressos e colados nas paredes no formato de apresentação em banca coletiva, fomentando debates sobre possibilidades de qualificar ambientes urbanos, desenvolvendo a capacidade crítica dos alunos em relação ao desenvolvimento de projetos urbanos e paisagísticos mais sustentáveis. Cada

grupo fez suas análises e comparamos os diversos olhares sobre o território. A Figura 6 traz um mapa síntese de um dos grupos da turma de URB1, que apresentou uma análise dos Ecossistemas e Biodiversidade do Fischer.



Fonte: Cedido pelos alunos. Data: 26 de abril de 2024.

Após a leitura do território e da paisagem, tanto na disciplina de URB1 quanto em AP, iniciamos a etapa de lançamento dos projetos para a Banca Intermediária, seguindo o programa básico definido. Depois de mais de um mês de orientações dos projetos, a banca ocorreu novamente em pranchas formato A1, contendo elementos obrigatórios e complementares elencados pelos alunos. Cada grupo expôs suas principais ideias sobre a proposta inicial, utilizando um diagrama matriz que foi construído com base na revisão dos mapas síntese leitura e análise do território e da paisagem. Tais diagramas seguiram a metodologia F.O.F.A. (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), como forma de sistematizarem tais questões relacionadas ao lançamento do projeto. Além disso, os alunos apresentaram um conceito gerador para a proposta, uma ideia-chave expressada por palavras ou frases curtas que indicaria o propósito das intervenções, podendo ser entendida como um possível tema ou justificativa projetual. Também definiram as atividades prioritárias e o programa de

necessidades, conforme as análises do território e das demandas da vida cotidiana, incluindo usos do espaço público, redes de infraestrutura e equipamentos urbanos.

No caso da turma de URB1, adicionamos um elemento gráfico extra, que foi o estudo de implantação, no qual deveriam mostrar as propostas de implantação coerentes com o conceito gerador, a argumentação e a intenção geral do projeto, além de apresentar a relação dos espaços livres e públicos com o projeto do Centro Comunitário desenvolvido em PA2.

Por fim, as propostas finais foram apresentadas em bancas finais, dentre as quais, as de URB1 e PA2 foram conjuntas. No caso de AP, os alunos expandiram suas propostas, rerepresentando as ideias trazidas da etapa intermediária de forma mais afinada. Eles apresentaram as diretrizes projetuais por meio de planos de massas, espacializando cada atividade junto com seu dimensionamento básico. Isto foi importante para identificar as áreas pavimentadas (lazer contemplativo e ativo, áreas de circulação, acessos e estacionamentos) e áreas verdes (gramados, forrações, arbustos, arborização), conforme o exemplo das Figura 7.

Figura 7: Pranchas finais de Arquitetura da Paisagem.



Fonte: Cedido pelos alunos.

O uso de métodos de leitura do território e da paisagem foram essenciais para que, em um primeiro momento houvesse um maior interesse dos alunos em se dedicarem para as possíveis respostas no desenvolvimento das propostas, sendo importante para a melhor compreensão da realidade.

#### 4.4 Desafios da integração entre turmas, disciplinas e devolutiva

Enfrentamos ao longo do semestre algumas dificuldades relativas à integração entre as turmas do 5º e 9º período, principalmente devido ao afastamento de horário e de etapa curricular. Ambas as turmas não conseguiram seguir integradas após a etapa da leitura do território e da paisagem. Depois dessa etapa, elas se separaram e seguiram ritmos diferentes de trabalho. No caso da turma do 9º período, inclusive, reduzimos o escopo de projeto em AP, considerando a alta demanda de trabalho dos alunos neste período, sobretudo relacionada ao Trabalho Final de Graduação (TFG).

Já na turma do 5º período, por outro lado, pudemos explorar melhor as propostas e estratégias de intervenção entre URB1 e PA2. Porém, houve um desgaste nesta integração no meio do processo de projeto, pois os grupos acabaram se aprofundando em uma ou em outra disciplina, dependendo de seu interesse. Alguns grupos demoraram para definirem os locais de projeto e tiveram dificuldades para determinar as estratégias para o projeto urbano, já que esta foi sua primeira experiência com a escala urbana, ainda por cima voltada a um contexto territorial difícil. Isso resultou em uma dificuldade de se elencar soluções prioritárias dentro de um território tão carente em quase todas as infraestruturas e serviços urbanos.

Todavia, na “reta final”, conseguimos ajustar o passo e muitos grupos apresentaram propostas consistentes e realistas, tanto para a arquitetura do Centro Comunitário quanto para os espaços urbanos. Alguns grupos, inclusive, acabaram se saindo melhor nas intervenções urbanas, espalhando-as pela mancha urbana do Fischer, enquanto outros detalharam melhor a arquitetura, deixando a intervenção urbana mais concentrada no entorno do sítio do Centro Comunitário e da Escola Municipal existente. Ainda assim, os professores de URB 1 e PA2 buscaram criar uma atmosfera colaborativa e flexível entre as turmas, aproximando, inclusive, as avaliações finais das disciplinas, em um espaço coletivo para a banca final, sendo possível avaliar e debates conjuntamente os projetos, contando com professores avaliadores externos que deram suas contribuições.

Após todas as bancas finais de ambas as turmas, organizamos uma devolutiva dos projetos, selecionando os que tinham soluções mais realistas e graficamente melhor apresentadas, no sentido de peças gráficas mais democráticas e fáceis de entender por uma população mais leiga. A presidente da AMF foi convidada e, após as apresentações destes projetos, ela destacou seu contentamento e sua admiração com o avanço dos trabalhos em termos de propostas, elogiando a linguagem gráfica e verbal dos projetos. Para ela, nossa experiência destravou uma oportunidade de ação pois, com aqueles projetos em mãos, ela poderia conversar com os moradores sobre possibilidades de

melhoria reais do território e pressionar os entes públicos a agir, desbancando o argumento envelhecido de que “nada é possível de ser feito” na região.

## 5. Considerações finais

Neste trabalho, relatamos a experiência de uma pedagogia engajada a partir de um exercício de projeto integrado associado a uma prática de extensão curricularizada, envolvendo alunos das turmas do 5º e 9º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFESO. Entendemos que o objetivo proposto foi cumprido, pois apresentamos caminhos metodológicos percorridos e produtos resultantes de um processo que envolveu o desafio da curricularização da extensão em um curto período, ou seja, em um semestre. Conseguimos aplicar metodologias participativas na formação de estudantes que se comprometeram com propostas que visavam o direito à cidade e à produção de espaços urbanos mais justos, sustentáveis e inclusivos, no caso da comunidade do Fischer, em Teresópolis-RJ.

Em relação ao ensino integrado, conseguimos uma experiência interdisciplinar, na medida em que os alunos foram enfrentando as problemáticas e buscando soluções para demandas reais encontradas no território, envolvendo questões de arquitetura, urbanismo e paisagismo associadas a questões sociais de políticas públicas e soluções para o combate à fome e a pobreza na comunidade, a exemplo de propostas de hortas comunitárias e feiras de alimentos, bem como para a violência doméstica, ao proporem alojamentos de mulheres e crianças vítimas de violência no Centro Comunitário. Cabe destacar que tais questões foram indiretamente refletidas em propostas de requalificação urbana.

Já em relação à atividade de extensão engajada, a aproximação da experiência acadêmica dos alunos com um contexto urbano real e complexo - com carência de políticas públicas de combate aos riscos socioambientais, e ausência de serviços públicos e de infraestruturas urbanas - possibilitou o encorajamento dos alunos a buscarem já na academia, o exercício da função social do arquiteto e urbanista. O papel da extensão foi

central no amadurecimento do alunado em relação às demandas profissionais, exercitando a interação entre os saberes acadêmicos e empíricos das comunidades, em uma construção coletiva.

Por fim, o que podemos depreender dessa experiência é que a integração entre disciplinas de escopos aproximados resulta em discussões mais aprofundadas e, da mesma forma, a extensão promove o estímulo a soluções projetuais mais diversificadas e refinadas. Uma grande dificuldade dos cursos de ArqUrb é a compartimentação disciplinar, que pode atrapalhar formas metodológicas de articulação da compreensão multiescalar. Por isso, a aproximação com o território, por meio de atividades extensionistas, se torna essencial, pois a realidade não é compartimentada e isso contribui com o aprendizado prático. Acreditamos que esse tipo de exercício, embora permeado por disputas de opinião e diferentes metodologias de ação, ainda é um dos melhores processos no ensino de projetos. Ao tentarmos conduzir essa experiência de projeção integrada, com a complexificação das discussões e das estratégias disparadas pela prática da extensão engajada, e com o trabalho em grupo e o aprendizado coletivo, também estimulamos o exercício político de negociação entre alunos, professores e a comunidade.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

MARQUES, Ariane; CAMPOS, Barney. Incêndio em lixão em Teresópolis já dura mais de 24 horas e cidade segue sob fumaça. **G1**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2023/06/27/lixao-de-teresopolis-ainda-tem-foco-de-incendio-e-liberacao-de-fumaca.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2025.

FONTES, Adriana Sansão; SLADE, Ana. Em busca de uma agenda para o ensino de projeto em um contexto de integração disciplinar. In: FONTES, Adriana Sansão; REGO, Andrea

Queiroz ; FEFERMAN, Carlos. (orgs.). **Reflexões sobre o ensino integrado do projeto de arquitetura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018. p. 62-75.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 91 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas – resultados do universo**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102134>. Acesso em: 6 jul. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2016.

PRUDENTE, Letícia Thurmann. et al. Territórios populares em Teresópolis: direito à moradia e mapeamento das favelas e comunidades urbanas. In: IX Congresso Acadêmico-Científico do Unifeso, 9., 2024, Teresópolis. **Anais do IX Congresso Acadêmico-Científico do Unifeso**. Teresópolis: UNIFESO, 2024. p. 603-616.

SNP – Secretaria Nacional de Periferias. **Mapa das Periferias**. Disponível em: <https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

UNIFESO. Centro Universitário Serra dos Órgãos. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2023-2027**. Teresópolis: UNIFESO, 2022a.

\_\_\_\_\_. Curso de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Pedagógico de Curso: PPC 2022**. Teresópolis: UNIFESO, 2022b.